



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

16 de outubro de 2024

**Dia
Mundial da
Alimentação**



**DIREITO AOS
ALIMENTOS**

para uma vida e
um futuro melhores

NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS



DO DIREITO À REALIDADE

O direito à alimentação é um direito humano fundamental consagrado no direito internacional. No entanto, atualmente, nem todas as pessoas no mundo têm acesso aos alimentos de que necessitam para terem uma vida saudável.

As razões são inúmeras. Atualmente, cerca de 733 milhões de pessoas passam fome, principalmente devido a conflitos, choques climáticos, desigualdades e retrações econômicas.

Mais de 2,8 mil milhões de pessoas não conseguem ter acesso a uma alimentação saudável. Isso significa que, mesmo que consumam a quantidade suficiente de calorias, podem não estar a ingerir os nutrientes e a variedade de que precisam para serem saudáveis.

Em termos simples, quase metade da população mundial atual não dispõe dos nutrientes de que necessita para se desenvolver – e, em alguns casos, para sobreviver.

Isto significa que cerca de metade da população mundial tem mais probabilidades de adoecer, de sofrer de uma doença crónica ou de lhe faltar vigor para levar uma vida

ativa – tudo devido a algo tão básico como a falta de acesso a uma alimentação adequada.

Urge intervir. Já.

Sabemos por experiência que produzir mais alimentos, por si só, não é a resposta. Afinal, em termos absolutos, os produtores de alimentos à escala mundial já estão a produzir o suficiente para nos alimentar a todos.

A resposta, ao invés, reside numa ação coordenada e coletiva para garantir a disponibilidade de alimentos nutritivos, seguros e em quantidade suficiente em todo o lado, para qualquer pessoa, a um preço acessível.

O plural de “alimentos” é importante porque a variedade é essencial para uma nutrição correta. É igualmente importante para a saúde a longo prazo do ambiente

do qual dependemos para produzir esses alimentos e que precisa da biodiversidade para prosperar.

O direito à alimentação, portanto, é muito mais do que calorias para sobreviver – significa regimes alimentares saudáveis, variedade e capacidade para se desenvolver.

Os direitos, por si só, não enchem o estômago. Mas pautam as nossas aspirações coletivas para o tipo de mundo em que queremos viver. Criam obrigações concretas para que os governos tomem medidas – e devem incentivar-nos a todos a contribuir para assegurar a sua concretização plena.

COMPREENDER OS DESAFIOS... ... E AS SOLUÇÕES

Os desafios e as soluções são sensíveis ao contexto. Mas podemos identificar tendências globais que condicionam o direito à alimentação. Porque muitas destas tendências estão interligadas, abordá-las isoladamente não produzirá a mudança de que necessitamos. Assim, embora alguns desafios possam ter soluções específicas, devem, tanto quanto possível, fazer parte de ações holísticas e coletivas.

O DESAFIO

A MALNUTRIÇÃO É UNIVERSAL

A malnutrição existe em todos os países e classes socioeconômicas, quer se trate de **subnutrição**, de **deficiências em micronutrientes** ou de **excesso de peso** e **obesidade**. Além disso, em muitas partes do mundo, há várias formas de malnutrição que ocorrem em simultâneo.

A nível mundial, cerca de 2,5 mil milhões de adultos e 37 milhões de crianças de idade inferior a cinco anos têm atualmente excesso de peso.

Ao mesmo tempo, cerca de 1,6 mil milhões de mulheres e crianças apresentam carência de uma ou mais vitaminas e minerais. Esta situação deve-se, pelo menos em parte, ao facto de não terem acesso a uma alimentação saudável, o que afeta a sua saúde, crescimento e desenvolvimento cerebral.

Muitas **crianças não estão a crescer adequadamente**. 22,3% das crianças de idade inferior a cinco anos de idade sofrem de atraso no crescimento, o que significa que

são demasiado pequenas para a sua idade, enquanto 6,8% sofrem de desnutrição ou são demasiado magras para a sua altura. Também neste caso, a alimentação desempenha um papel fundamental.

Os regimes alimentares que contêm demasiados alimentos pouco saudáveis também contribuem para o aumento das **doenças cardiovasculares**, da **diabetes** e de certos tipos de **cancro**. Não se trata apenas de problemas individuais, mas também de problemas nacionais, posto que a doença exerce pressão sobre os sistemas de saúde pública e as pessoas ficam com menos capacidade para contribuir para a sociedade.

Estes problemas também têm a ver com os sistemas agroalimentares, dado que os alimentos nutritivos e variados necessários a um regime alimentar saudável não estão suficientemente disponíveis nem são acessíveis em termos financeiros.

A **pobreza e o aumento dos preços dos produtos alimentares** podem levar as pessoas a optarem por alimentos menos nutritivos e, muitas vezes, menos dispendiosos. Mas, paradoxalmente, o aumento dos rendimentos pode ter o mesmo efeito.

Se juntarmos a tudo isto a **globalização**, a **urbanização** e um **ritmo de vida cada vez mais acelerado**, o resultado é um número crescente de pessoas que optam por alimentos “de conveniência” e pouco saudáveis, muitas vezes indesejavelmente ricos em açúcar, gordura e sal.

De um modo geral, **passamos menos tempo a preparar refeições em casa** do que as gerações anteriores e, quando vamos às compras, recorremos cada vez mais a alimentos prontos e ultratransformados. Em alguns locais, estes alimentos estão mais facilmente disponíveis e são mais baratos do que os produtos frescos e outros alimentos nutritivos.

INVESTIR NUMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA TODOS

A solução para os regimes alimentares pouco saudáveis parece simples: fazer com que todos em todo o lado comam de forma mais saudável. A realidade é, evidentemente, mais complexa. Os **governos têm de incentivar a produção e a venda de alimentos mais nutritivos** e disponibilizar aos consumidores **informações precisas e consistentes** sobre os produtos alimentares e as escolhas saudáveis. E devem apoiar o **direito de todos a uma alimentação saudável, especialmente aos que não dispõem de meios financeiros para o fazer**. Isto requer

políticas e investimentos, idealmente sob a forma de planos nacionais que combinem todos estes aspetos.

Simultaneamente, as organizações de consumidores devem **defender as necessidades e os direitos dos consumidores**, em consulta com a indústria alimentar e os governos, apelar a planos e iniciativas nacionais e colaborar com eles.



O QUE É UM REGIME ALIMENTAR SAUDÁVEL?

Os regimes alimentares saudáveis são conseguidos através do consumo de uma diversidade de alimentos seguros que fornecem nutrientes adequados e importantes para a saúde, uma ingestão equilibrada de energia e macronutrientes e moderação em alimentos e componentes dietéticos que aumentam o risco de doenças não contagiosas relacionadas com o regime alimentar.

MONOCULTURA E PERDA DE DIVERSIDADE ALIMENTAR

As práticas agrícolas insustentáveis estão entre as principais causas da perda de biodiversidade – e, neste momento, esse declínio está a ocorrer mais rapidamente do que em qualquer outro momento da história da humanidade.

Isto é importante porque a biodiversidade é crucial para a alimentação e a agricultura. Enriquece a nossa alimentação e torna os nossos sistemas agroalimentares mais resilientes aos choques, para que as comunidades possam ter acesso a alimentos nutritivos em abundância, mesmo perante as alterações climáticas.

Nas últimas décadas, a concentração num número limitado de alimentos básicos, como o arroz, o trigo, o milho e as culturas de base especializadas, fez aumentar a eficiência e reduziu os custos. Mas também comprometeu

a resiliência dos sistemas agroalimentares e reduziu a diversidade dos alimentos que produzimos e comemos.

Atualmente, apenas nove espécies de plantas são responsáveis por 66% da nossa produção agrícola global. Contextualizando este conceito: existem cerca de 6 000 espécies de plantas que os humanos cultivaram para fins alimentares ao longo dos tempos e que poderiam optar por voltar a cultivar.

Também no nosso mundo aquático, a diversidade está a desaparecer, por razões diferentes e talvez ainda mais preocupantes: quase um terço das unidades populacionais de peixes são objeto de sobrepesca. Do mesmo modo, quase 30% das raças locais de gado estão atualmente em risco de extinção.



O QUE SÃO SISTEMAS AGROALIMENTARES?

O sistema agroalimentar abrange a viagem dos alimentos desde o produtor até à mesa. Isto é, desde o momento em que são cultivados até ao momento em que são colhidos, transformados, embalados, transportados, distribuídos, comercializados, comprados, preparados, consumidos e, por fim, eliminados. Inclui também todas as pessoas que estão envolvidas nestes processos, bem como as atividades, investimentos, utensílios e escolhas que nos ajudam a obter estes alimentos e produtos agrícolas.

TRANSFORMAR OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

A perda de diversidade é um dos muitos desafios a que os nossos sistemas agroalimentares têm de dar resposta. Para garantir que os nossos alimentos não sejam apenas abundantes e económicos, mas também diversificados e nutritivos, teremos de transformar os sistemas agroalimentares de forma a torná-los **mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis**. Isto significa transformar a forma como os nossos alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos.

Transformar os nossos sistemas existentes significa considerar todos os intervenientes, processos e resultados, leis e políticas que regem os sistemas agroalimentares e a forma como tudo está interrelacionado.

Tornar os sistemas agroalimentares mais diversificados exige políticas que protejam, promovam e regenerem a biodiversidade. Tal inclui a reintegração das raças tradicionais de gado e de diversas espécies vegetais, assim como a produção sustentável em todos os setores agrícolas.

Depende também de o setor privado abandonar os alimentos pouco saudáveis e disponibilizar uma maior diversidade de alimentos seguros e nutritivos para as pessoas na sua vida quotidiana.

Por último, a diversidade também significa ter uma variedade de opções de produção. E, para isso, as pessoas precisam de ter um acesso equitativo a recursos como a terra, a água, a floresta, a pesca e o gado.



MILHÕES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CRISE PASSAM FOME E A SUBNUTRIÇÃO AUMENTA EM FLECHA

De acordo com o último Relatório Global sobre Crises Alimentares, mais de 280 milhões de pessoas registaram níveis elevados de insegurança alimentar aguda em 2023 – e muitas das crises que causaram fome no ano transato continuam em 2024. Em termos simples, centenas de milhões de pessoas não têm o suficiente para comer e estão presas em situações que os seus corpos não conseguem suportar durante muito tempo. Os alimentos que ingerem podem não ser seguros e deixá-las doentes, podem ter de saltar refeições, de reduzir o tamanho das porções e, muitas vezes, não sabem sequer de onde virá a próxima refeição nem quando.

Os conflitos são a principal causa das crises alimentares em todo o mundo, seguidos de **condições meteorológicas extremas** e de **choques económicos**. Os conflitos não só ameaçam a segurança das pessoas nas áreas de conflito, mas também a destruição das zonas agrícolas destinadas à produção de alimentos, determinando deslocamentos forçados e agravando a insegurança alimentar e a subnutrição.

A Faixa de Gaza e o Sudão são disso exemplos paradigmáticos. A fome paira em toda a Faixa de Gaza e em 14 zonas do Sudão e, em ambas as situações, grande parte das suas terras agrícolas foram devastadas pela guerra. A Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada, uma iniciativa inovadora de vários parceiros para melhorar a análise e a tomada de decisões em matéria de segurança alimentar e nutrição, refere que Gaza registou o maior declínio da segurança alimentar de que há memória.

A **falta de acesso à ajuda humanitária** nas zonas de crise e **o financiamento e a cooperação internacionais limitados** são duas das principais condicionantes à resposta rápida e vigorosa a estas e a outras crises, bem como à atenuação do sofrimento das pessoas que se confrontam com os piores tipos de fome, pobreza e malnutrição.



GARANTIR O ACESSO À AJUDA HUMANITÁRIA

Em última análise, a paz é um pré-requisito para a segurança alimentar e o direito à alimentação é um direito humano fundamental. Em caso de conflito, a prestação de ajuda humanitária segura, livre e multisectorial é essencial para salvar e proteger vidas.

A cooperação e a coordenação a nível mundial são fundamentais para garantir que as agências humanitárias que distribuem a assistência vital tenham acesso livre e seguro às comunidades e que as pessoas em situação de crise possam ter **acesso à ajuda humanitária em segurança**. Esta ajuda inclui dinheiro, assistência alimentar e produtos de emergência para a agricultura a fim de proteger e relançar a produção local de alimentos, intervenções de emergência a favor da atividade pecuária para manter os animais vivos, bem como outras medidas para garantir que as pessoas afetadas possam aceder rapidamente a alimentos nutritivos.

Garantir o acesso a ajuda crítica significa também **financiar integralmente e em tempo útil os apelos de emergência**.

A segurança alimentar e a nutrição – e, por extensão, a concretização do direito à alimentação – exigem boa governação e paz. A paz, por sua vez, não é sustentável quando as pessoas passam fome. É por esse motivo que os governos e a comunidade internacional têm de adotar uma **abordagem transformativa** que combine intervenções de emergência com esforços mais alargados de prevenção de crises, construção da paz e ações de desenvolvimento que tornem a vida e os meios de subsistência das pessoas mais resilientes a choques futuros.





© FAO/Equardo Soteras

O DESAFIO

ALIMENTOS INSEGUROS

Os alimentos inseguros podem causar doenças e até a morte. No mínimo, impedem as pessoas de colherem os benefícios dos nutrientes presentes nos seus alimentos. Os alimentos podem tornar-se inseguros em qualquer ponto da cadeia de abastecimento. Contaminantes, como bactérias ou substâncias químicas, podem entrar nos alimentos através da água ou do solo, por exemplo, ou através do equipamento utilizado para os transformar. Os alimentos podem também deteriorar-se se não forem manuseados, armazenados e transportados em condições adequadas.

Além disso, muitas das bactérias que contaminam os nossos alimentos são atualmente cada vez mais resistentes aos antimicrobianos, o que torna as doenças de origem alimentar mais difíceis de tratar.

As alterações climáticas também afetam a segurança alimentar porque alteram a forma como as bactérias, os parasitas e as substâncias químicas interagem com os nossos alimentos e a rapidez com que crescem e se propagam.

APLICAR NORMAS ALIMENTARES

As normas internacionais de segurança e qualidade alimentar regem os moldes em que os nossos alimentos são produzidos, transformados e distribuídos. A aplicação destas normas – que são estabelecidas por um organismo denominado Comissão do Codex Alimentarius – mantém os nossos alimentos seguros e isentos de substâncias que possam afetar negativamente a nossa saúde.

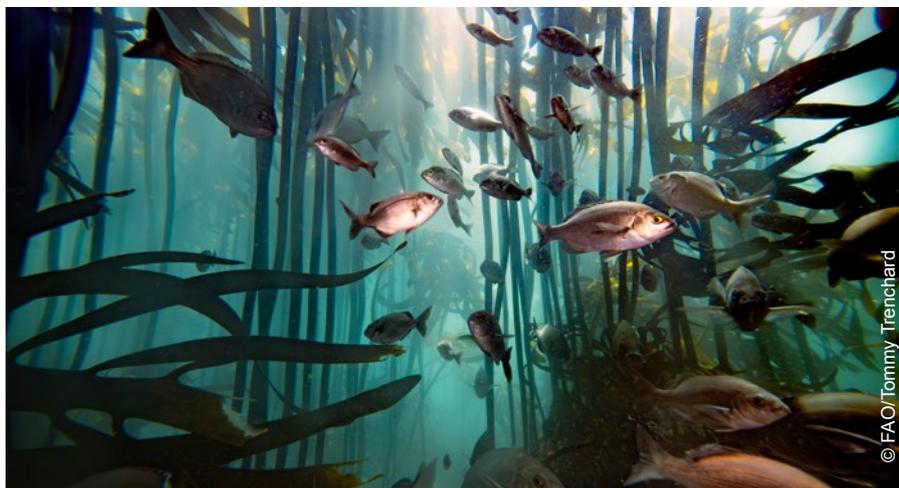
Concretamente, incentivam os governos a elaborar legislação, a operar sistemas de controlo alimentar adequados, a dar formação aos produtores e manuseadores de alimentos e a comunicar com os consumidores sobre segurança alimentar e regimes alimentares saudáveis. Também fornecem orientações aos governos sobre a forma de se prepararem para responder a emergências de segurança alimentar quando estas ocorrem.

Os governos devem comprometer-se a respeitar normas rigorosas que protejam os consumidores, a

responsabilizar as empresas e a investir na investigação para determinar a segurança dos pesticidas, dos aditivos alimentares, dos OGM ou da tecnologia de transformação.

Além disso, os planos governamentais devem equacionar holisticamente a forma como os seres humanos, os animais e as plantas se interrelacionam e afetam a saúde uns dos outros.

Os produtores e as empresas têm de levar estas normas a sério e adaptar a sua produção para responder a questões de saúde pública abrangentes, como a resistência antimicrobiana. Devem encontrar formas de reduzir a utilização de antibióticos na produção de carnes, marisco, laticínios e outros produtos agrícolas. Limitar a propagação da resistência antimicrobiana exige uma ação coordenada no âmbito da abordagem “Uma Só Saúde” para garantir alimentos suficientes, seguros e nutritivos para todos.



UMA SÓ SAÚDE

A segurança alimentar é um princípio fundamental de One Health (Uma Só Saúde), uma abordagem integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde das pessoas, dos animais e dos ecossistemas. Esta abordagem é utilizada por muitas organizações e governos e assenta na colaboração transfronteiriça e disciplinar.

TRABALHAR COM OS GOVERNOS SOBRE O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A ação alinha o direito com a realidade. Dado que o mandato e os conhecimentos especializados da FAO abrangem todos os elementos do nosso sistema agroalimentar, a FAO está bem posicionada para trabalhar com os governos em planos e projetos holísticos que abordem múltiplos desafios e nos aproximem da mudança sistêmica de que necessitamos para a concretização do direito a uma alimentação adequada para todos.

Na **Argélia, Mauritânia, Marrocos, Senegal e Tunísia**, a FAO está a encorajar os jovens empresários a tornarem-se agentes de mudança nos seus sistemas agroalimentares locais através de “**aceleradores agrícolas**” – espaços que os ligam aos fundos, aconselhamento empresarial e oportunidades de que necessitam para fazerem investimentos inteligentes na agricultura.

No **Suriname**, a FAO está a trabalhar com os povos indígenas e as comunidades locais no sentido de aproveitar os seus conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis dos mesmos na produção de ananás. O projeto está a apresentar-lhes novos modelos empresariais e técnicas de manuseamento e transformação pós-colheita que lhes permitem alcançar **novos mercados de alimentos biológicos** no país e no estrangeiro.

Para melhorar a ligação entre as cidades e as comunidades rurais circundantes que produzem alimentos frescos e nutritivos, a FAO lançou o **programa City Region Food Systems** (Sistema Alimentar das Regiões Urbanas) no **Seri Lanca, Zâmbia, Madagáscar, Ruanda, Colômbia e Equador**. A iniciativa trabalha com as autoridades locais, os produtores e as empresas para aumentar as ligações entre as zonas rurais e urbanas, a fim de reforçar a segurança alimentar e a nutrição nas cidades.

Desde tecelões de redes de pesca a produtores de compotas, a FAO tem vindo a capacitar dezenas de **cooperativas lideradas por mulheres** em zonas rurais da **Turquia** com formação e equipamento para que as mulheres se possam tornar financeiramente independentes pela primeira vez. Isto aumenta o seu

envolvimento na comunidade e a sua resiliência.

Na região de Liptako-Gourma, que liga o **Burquina Faso**, o **Mali** e o **Níger**, a FAO e a Organização Internacional para as Migrações estão a **reduzir os conflitos** entre agricultores e pastores nômadas através de um sistema de alerta de disputas chamado **Transhumance Tracking Tool** (Ferramenta de Acompanhamento da Transumância), bem como de um sistema de resolução de conflitos adaptado ao contexto. As rotas de migração mudaram devido às alterações climáticas e à insegurança e fizeram aumentar as disputas por recursos como a água e as pastagens – centenas das quais foram resolvidas rapidamente com a ajuda desta ferramenta.

A agricultura familiar preserva os produtos alimentares tradicionais,



AÇÃO EM DESTAQUE

PROGRAMAS NACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O programa nacional de alimentação escolar do **Brasil** é um excelente exemplo de como concretizar o direito à alimentação de forma holística: todas as crianças que frequentam a escola pública recebem uma refeição equilibrada à hora do almoço, independentemente do seu rendimento. Como os alimentos são produzidos localmente, os produtores familiares obtêm um rendimento constante dos produtos frescos, do leite ou da carne que vendem sob contrato ao governo local; e os sistemas alimentares regionais são transformados por uma procura contínua de alimentos nutritivos, locais e produzidos

de forma sustentável. Graças a essa procura constante, as pequenas empresas podem ganhar resiliência e investir no crescimento e na diversificação da sua produção – o que, por sua vez, se traduz na disponibilidade de uma maior variedade de alimentos para as escolas e para a região no seu conjunto. É importante salientar que o seu impacto é de grande alcance e consistente, porque é apoiado por políticas e recursos nacionais que garantem o seu sucesso. Estão em curso projetos semelhantes no **Quênia** e no **Seri Lanca**.



contribui para a segurança alimentar e a alimentação saudável e protege os nossos recursos naturais. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares muitas vezes não conseguem comprar alimentos suficientes, porque não têm acesso à terra, à água, às sementes, ao crédito e aos mercados. Em resposta, a FAO e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) estão na primeira linha da **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar** em 2019-28 para promover a **sensibilização**, políticas e investimentos a **nível mundial** que ajudem os agricultores familiares a aceder à tecnologia, às infraestruturas

e aos mercados de que necessitam para prosperar.

Na **Colômbia, Maláui, Paraguai, Filipinas e Tunísia**, a FAO está a trabalhar com as comunidades piscatórias e os governos locais para expandir a proteção social e a inclusão económica dos mais vulneráveis, ajudando-os a diversificar a sua produção, a criar fontes de rendimento alternativas e a ligar-se a novos mercados, de molde que os seus meios de subsistência sejam mais estáveis e resilientes aos choques. Desde 2014, as mulheres rurais de 10 países têm vindo a melhorar a

sua segurança alimentar, os seus rendimentos e a sua participação política através do **Joint Programme on Accelerating Progress towards Rural Women's Economic Empowerment** (Programa Conjunto para a Aceleração do Progresso para o Empoderamento Económico das Mulheres Rurais). Agora na sua segunda fase, a iniciativa conjunta da FAO, do IFAD, do Programa Alimentar Mundial e da ONU Mulheres garante às mulheres a possibilidade de participarem e beneficiarem das atividades económicas e de terem acesso aos recursos de que necessitam para o fazer.

AÇÃO EM DESTAQUE

PREVENIR A FOME NA FAIXA DE GAZA E NO SUDÃO

No **Sudão**, onde mais de metade da população, 25,6 milhões de pessoas, sofre de fome aguda, incluindo 755 000 que enfrentam condições catastróficas, as campanhas de distribuição de sementes de emergência da FAO estão a ajudar os agricultores familiares a plantar cereais e legumes de base num contexto de violência contínua. Os kits de produção vegetal incluem sementes de sorgo e de milho-miúdo suficientes para alimentar uma família de cinco pessoas durante um ano e para gerar um rendimento através da venda dos excedentes. Incluem ainda várias sementes de ciclo curto que garantem às famílias uma colheita rápida. Além disso, a FAO está a fornecer cuidados veterinários e rações para manter o gado vivo e saudável. No total, a FAO chegou a cerca de 15 milhões das pessoas mais afetadas em 2023 e pretende chegar a mais 9 milhões em 2024.

Na **Faixa de Gaza**, em junho de 2024, o risco de fome em grande escala mantém-se elevado e 95% da população enfrentavam níveis elevados de insegurança alimentar, devido à continuação do conflito e às fortes restrições ao acesso humanitário. A FAO entregou cerca de 365 toneladas de rações animais a 2 900 famílias de criadores de gado e pretende fornecer 1 500 toneladas até ao final de 2024. Manter o gado vivo e alimentado é fundamental para garantir a produção de leite, ovos e carne. A FAO tem também como objetivo evitar a propagação de doenças animais, fornecendo abrigos e vacinas, bem como substituir os efetivos perdidos se for garantido um acesso humanitário seguro.



© FAO/Yousef Aljazzzi

AÇÃO EM DESTAQUE

UMA AGRICULTURA MAIS INTELIGENTE E RESPEITADORA DOS RECURSOS

As famílias rurais do **Uzbequistão** e do **Vietname** estão a melhorar a sua produção agrícola em estufas de forma a produzirem mais alimentos com menos pesticidas, fertilizantes minerais, água e mão de obra.

A gestão da água e dos fertilizantes, por exemplo, foi melhorada através de sistemas de irrigação gota a gota que fornecem nutrientes solúveis às plantas de forma mais eficiente, e estão a ser realizados testes para que as estufas funcionem com energia renovável.



ACÇÕES PARA TODOS NÓS

A concretização do direito aos alimentos exige uma ação coletiva. Seguem-se algumas formas de participar.

Agricultores

- Praticar uma agricultura sustentável que aumente a biodiversidade e faça uma gestão responsável dos recursos naturais.
- Produzir alimentos mais diversificados.
- Defender políticas que capacitem os pequenos produtores, os agricultores familiares e as mulheres.
- Reduzir o desperdício alimentar.
- Respeitar os regulamentos e as boas práticas para garantir que os alimentos produzidos são seguros.

Setor privado

- Disponibilizar alimentos mais nutritivos e diversificados a preços económicos.
- Apoiar os pequenos produtores de géneros alimentícios e os agricultores familiares.
- Promover a responsabilidade social das empresas através de uma produção ética e sustentável e de modelos empresariais inclusivos.
- Aplicar todas as normas e boas práticas para garantir que os alimentos produzidos são seguros.
- Comercializar os alimentos de forma responsável e evitar a promoção de alimentos pouco saudáveis junto das crianças.



Organizações académicas e da sociedade civil

- Responsabilizar os governos através da recolha de dados, da identificação de aspetos a melhorar e da medição dos progressos em relação a objetivos e metas.
- Colaborar com os decisores políticos para basear as políticas e estratégias em dados e provas concretas.
- Promover regimes alimentares saudáveis e sistemas agroalimentares sustentáveis.
- Transferir os conhecimentos e tecnologias mais recentes para os agricultores e decisores através de parcerias e formações.

Todos nós

- Erguer a nossa voz para influenciar a tomada de decisões.
- Escolher alimentos locais e da época para apoiar a biodiversidade.
- Adotar hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis.
- Saber ler os rótulos dos alimentos para fazer escolhas alimentares saudáveis.
- Aprender a identificar problemas de segurança alimentar e a manter os alimentos seguros.

Encontre mais ações em fao.org/world-food-day.



PARECERES CIENTÍFICOS SOBRE AS NORMAS ALIMENTARES

Quando os organismos nacionais e internacionais estabelecem normas e regulamentos alimentares, precisam de provas e pareceres científicos sólidos. Pense-se, por exemplo, nos rótulos dos alimentos que nos indicam o teor de açúcar e de sal existente nos alimentos pré-embalados, ou se foram utilizados corantes alimentares, pesticidas,

OGM e outras tecnologias na sua produção.

Em muitos casos, essas provas e pareceres provêm da FAO. Há mais de 50 anos que a FAO colabora com a Organização Mundial da Saúde para emitir pareceres científicos isentos e independentes sobre substâncias químicas, agentes

biológicos, tecnologia e nutrição aos sistemas nacionais de controle alimentar e à Comissão do Codex Alimentarius, que estabelece normas globais em matéria de segurança alimentar e nutrição.



FACTOS RELEVANTES

Cerca de **733 milhões de pessoas** passam fome no mundo.¹

Cerca de **22,3% das crianças** de idade inferior a cinco anos são **demasiado baixas** para a sua idade e **6,8%** são **demasiado magras** para a sua altura.¹

Cerca de **2,8 mil milhões de pessoas** no mundo não têm condições para ter uma **alimentação saudável**.¹

A nível mundial, **as mulheres têm 1,3% mais** probabilidades de sofrer de insegurança alimentar moderada ou grave do que os homens.¹

Mais de **1,6 mil milhões de mulheres e crianças** em todas as regiões do mundo têm carência de uma ou mais **vitaminas ou minerais**.²

Cerca de **2,5 mil milhões de adultos e 37 milhões de crianças** de idade inferior a cinco anos têm **excesso de peso**.³

Cerca de **890 milhões de adultos vivem com obesidade**.³

Os conflitos e a violência são as **principais causas da fome aguda**. Quase metade de todas as pessoas que sofrem de fome aguda em 2023 foi afetada pelos conflitos - **quase 135 milhões de pessoas em 20 países**.⁴

As alterações climáticas afetam desproporcionadamente **as populações rurais pobres** e os seus rendimentos e produtividade agrícolas.⁵

Anualmente, **600 milhões de pessoas adoecem e 420 000** morrem devido à ingestão de **alimentos contaminados**.⁶

Os povos indígenas representam mais de **19%** dos **extremamente pobres**.⁷

Os pequenos agricultores do mundo produzem cerca de **um terço dos alimentos do mundo**.⁸

Globalmente, **13% dos alimentos perdem-se** durante a colheita e o transporte⁹, e **19% são desperdiçados** na fase de venda a retalho e de consumo.¹⁰

NOTAS

1. **FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO.** 2024. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024. Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>
2. **Stevens, G.A., Beal, T., Mbuya, M.N.N., Luo, H., Neufeld, L.M., Addo, O.Y., Adu-Afarwah, S. et al.** 2022. "Micronutrient deficiencies among preschool-aged children and women of reproductive age worldwide: a pooled analysis of individual-level data from population-representative surveys", *The Lancet Global Health*, 10(11): e1590–e1599.
3. **WHO.** 2024. Fact sheet on Obesity and overweight, Key facts. In: *The World Health Organization* [Cited 11 June 2024]. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>
4. **FSIN and Global Network Against Food Crises.** 2024. *Global Report on Food Crises 2024. Joint Analysis for Better Decisions*. Rome. www.fsniplatform.org/grfc2024
5. **FAO.** 2024. *The unjust climate – Measuring the impacts of climate change on rural poor, women and youth*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cc9680en>
6. **WHO.** 2022. Fact sheet on Food safety, Key facts. In: *The World Health Organization* [Cited 11 June 2024]. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/food-safety>
7. **ILO.** 2019. *Implementing the ILO Indigenous and Tribal Peoples Convention No. 169. Towards an inclusive, sustainable and just future*. Geneva. <https://www.ilo.org/publications/implementing-ilo-indigenous-and-tribal-peoples-convention-no-169-towards>
8. **Lowder, Sarah K. & Sánchez, Marco V. & Bertini, Raffaele.** 2021. "Which farms feed the world and has farmland become more concentrated?". *World Development*, Elsevier, vol. 142(C). <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105455>
9. **FAO.** 2023. *Tracking progress on food and agriculture-related SDG indicators 2023*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cc7088en>
10. **United Nations Environment Programme.** 2024. *Food Waste Index Report 2024. Think Eat Save: Tracking Progress to Halve Global Food Waste*. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/45230>

16 de outubro de 2024

Dia Mundial da Alimentação

A ação coletiva organizada em 150 países de todo o mundo é o que torna o Dia Mundial da Alimentação um dos mais celebrados no calendário das Nações Unidas. Centenas de eventos e atividades de sensibilização reúnem governos, empresas, organizações da sociedade civil, os meios de comunicação social e o público, incluindo muitos jovens. Promovem a sensibilização à escala mundial a favor das vítimas da fome e incentivam a ação em prol do futuro da alimentação, das pessoas e do planeta.

O **#WorldFoodDay** 2024 incide na importância da alimentação como direito humano. A campanha sensibiliza o mundo inteiro para a necessidade de todos terem acesso a uma variedade de alimentos nutritivos, económicos, acessíveis, seguros e sustentáveis. É tempo de trabalharmos juntos para criarmos um futuro melhor e mais sustentável para todos. Faça do **#WorldFoodDay** o SEU dia.

Responda ao apelo organizando um evento ou uma atividade e mostre o que tem feito.



#DiaMundialDaAlimentação
#HeróisDaAlimentação
fao.org/world-food-day

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA**

Viale delle Terme di Caracalla
00153 Roma (Itália)



Some rights reserved. This work is available under a CC BY-NC-SA 3.0 IGO licence